

História sem fim

Categories : [Reportagens](#)

No site do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), há um [arquivo em pdf](#) que pode ser descarregado por qualquer pessoa. Basta que ela tenha acesso de banda larga à internet ou então uma paciência de chinês. Ele é pesado. Tem 5.2 megabites. Mas levando-se em conta o seu conteúdo, o volume é justificável. Trata-se de um mapa que se propõe a retratar tudo o que existe dentro da proposta dos limites para o futuro Distrito Florestal da BR-163, uma área de 19 milhões de hectares que cobre praticamente todo o Sudoeste do Pará, de Castelo dos Sonhos, no Sul, até Santarém, ao Norte. Sua minúcia é impressionante – até as estradas clandestinas e as microbacias de rios da região estão assinaladas – porém incompleta.

Falta, para terminá-lo, informação que a burocracia ambiental do governo federal tenta obter desde do ano passado, quando o presidente Lula assinou o decreto de criação do Distrito Florestal da BR-163. Quantos são e onde estão os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), uma nova categoria de assentamentos para a Amazônia, que o [Instituto de Colonização e Reforma Agrária](#) (Incra) criou ao longo do eixo da rodovia? Suspeitava-se que eram 15. Mas só em janeiro deste ano o mistério começou a ser desvendado. O Incra contou que tinha criado 39 PDS's na área da BR-163, 24 deles nas últimas três semanas de 2006.

“São 49”, corrigiu o coordenador de programas do órgão, Raimundo Araújo Lima, ao repórter de O Eco na sexta-feira antes do carnaval. Quanto às localizações, Lima pediu mais 20 dias para repassar as informações. Portanto, na primeira semana de março, o mapa do Distrito Florestal da BR-163 possa ser talvez finalizado. Lima justifica a demora apontando para uma incompatibilidade entre o sistema da superintendência do Incra em Santarém, responsável direto pela criação dos novos PDS's, e o da sede do órgão em Brasília.

Pode ser, mas é difícil de acreditar. Afinal, localização tem a ver com coordenadas geográficas e descrição de paisagens, coisas que independem de sistemas. Lima reage à lembrança dizendo primeiro que o Incra não tem obrigação de repassar nenhuma informação. Por incrível que pareça, não se trata de uma bravata. É a mais pura verdade. E essa é uma das principais críticas que se faz ao órgão na medida em que ele avança com seu programa de implantar assentamentos no último grande ativo florestal do país, a Amazônia.

Sobreposições

O processo todo é muito pouco transparente. Para criar um PDS, por exemplo, os burocratas do Incra não precisam dar qualquer satisfação e tampouco fazer audiências públicas, como a lei exige do Ibama na criação de Unidades de Conservação. Basta baixar uma portaria. No caso dos PDS's da BR-163, Lima insiste que as portarias têm os mapas com suas coordenadas geográficas e que elas foram repassadas aos técnicos do SFB, Ibama e [Ministério do Meio](#)

[Ambiente \(MMA\)](#). Mas logo se corrige e diz que as informações “estão sendo providenciadas”, coisa que, na sua explicação, não significa que o Incra não saiba exatamente onde estão esses PDS’s.

“Nós sabemos”, continua. “Entenda. Santarém é uma superintendência nova, que recebeu muita coisa que estava antes em Belém. Não é uma migração fácil e isso atrasa a produção dessas informações”. O problema, portanto, parece ser de organização. As informações podem até existir. Mas só agora, sob pressão, é que o Incra tenta descobrir onde elas estão. E mesmo que os dados finalmente apareçam, isso não garante necessariamente o fim dos problemas que o Serviço Florestal Brasileiro enfrentará para criar o Distrito Florestal da BR-163.

O conceito de Distrito Florestal veio ao mundo como parte do pacote de respostas governamentais ao [assassinato da freira Dorothy Stang](#), no início de 2005. Ele propõe que determinadas [áreas com vocação para a atividade florestal](#) sejam alvo de ações coordenadas de vários ministérios para fomentar a exploração de baixo impacto e ampliar a cadeia de valor de sua produção. Parte fundamental desta política é a regularização da ocupação fundiária e o licenciamento ambiental de propriedades rurais. Nos dois quesitos, o Incra, historicamente, criou mais confusões do que soluções. As informações sobre o número exato de PDS’s criados nas bandas da BR-163, ajudarão a ordenar o uso da terra. Mas apenas parcialmente.

Boa parte desses novos assentamentos está em áreas já ocupadas, muitas há mais de duas décadas por gente que o Incra, ao longo de todo esse tempo, não apenas não se mexeu para tirá-las de lá, como deu sinais de que iria regularizar sua situação. A sobreposição também pode se reproduzir entre assentamentos e Unidades de Conservação. O risco não é apenas teórico. Na região da BR-163, ela já aconteceu. O órgão criou dois assentamentos que invadiam áreas de Florestas Nacionais, a de Trairão e a de Altamira. O [Ibama](#) chamou a atenção do Incra para o assunto e os limites dos assentamentos foram redesenhados. Além desse passivo fundiário, o órgão carrega nas costas um imenso passivo ambiental.

‘Diabinho’

O Incra nunca se preocupou em fazer o licenciamento ambiental de seus assentamentos e [acabou exportando essa tradição para dentro da floresta amazônica](#). No Ibama, reclama-se que o Incra assenta gente em áreas ecologicamente sensíveis através de portarias que raramente contêm memorial descritivo dos terrenos escolhidos. A notória falta de apoio efetivo aos assentados e de controle sobre o que fazem dentro dos lotes de terra só agrava a situação. Não raro, a ausência de suporte condena os ex-sem-terra a desmatar para sobreviver.

Lima reconhece que do ponto de vista ambiental o Incra não merece mesmo elogios. Diz que isso é fruto não só da velha mentalidade do órgão, mas também dos assentados. “Tem sempre aquele diabinho falando nos ouvidos das pessoas para cortar a madeira porque é fonte extra de renda”, admite. “Infelizmente, não se muda isso de uma hora para outra”. Lima conta que o órgão

destinou no ano passado 6 milhões de reais para reduzir passivos ambientais de assentamentos no município de Apuí, no Amazonas. E revela que este ano essa verba será multiplicada por cinco e usada para financiar convênios com estados da Amazônia para o mesmo fim.

A lentidão do processo de mudança de mentalidades, no entanto, não é vista por Lima como razão para refrear o ímpeto de criação de assentamentos na Amazônia. “Defendemos a exploração sustentável dos recursos naturais da região, mas de tal modo que a riqueza gerada não se concentre apenas nas mãos de empresas e grileiros”, diz. “O Incra vai ser um parceiro ambiental, mas sem descuidar da questão social”. Ainda sem informar a localização dos PDS’s criados em 2006, Lima conta que eles se espalham por 2 milhões de hectares na zona de influência da BR-163 e beneficiaram 33 mil e 700 famílias.

Ele explica que as demandas por lotes de terra chegam ao Incra através da Federação dos Agricultores do Pará, responsável por compilar a lista de assentados potenciais no Oeste do estado. Sua burocracia apenas a convalida e sai criando assentamentos para cumprir a meta do ano. Para 2007, a demanda está em 14 mil 533 famílias. Quantos PDS’s isso vai dar, o órgão ainda não sabe. Pobres dos cartógrafos que servem ao Ministério do Meio Ambiente. Ao que tudo indica, parecem condenados a redesenhar o seu mapa do Distrito Florestal da BR-163 indefinidamente.